

# Resistências começam na área médica

DIANA FERNANDES

Médicos-militantes e médicos-empresários, que formam um grupo de 72 deputados federais, estarão unidos em breve para impedir que o Governo consiga a aprovação da emenda que possibilitará a participação do capital estrangeiro na exploração dos serviços de saúde no Brasil. A emenda ainda nem chegou ao Congresso, mas as resistências são muitas. Os primeiros, médicos-militantes, são contra essa abertura porque acreditam que o Governo, a partir de então, estará abandonando os investimentos na saúde pública. O segundo grupo, o dos empresários, teme perder a fatia já conquistada no mercado nacional, para os investidores estrangeiros.

Como terceira maior bancada corporativa no Congresso, perdendo apenas para os empresários e os ruralistas, os médicos vão entrar firme no lobby contra o capital estrangeiro. Na frente estão os profissionais que atuam na área, sem explorar os serviços. Eles condenam a abertura para os investimentos internacionais por considerar que, além de o Governo se ver desobrigado de investir na saúde pública, aumentará em muito a exploração dos serviços privados. Que não implicam, necessariamente, em novos investimentos, acreditam.

O deputado Jofran Frejat (PFL-DF), ex-secretário de Saúde do Distrito Federal, afirma que não é contra o capital estrangeiro no setor, mas ressalta que é necessário ter muito cuidado para ver que tipo de investimento os estrangeiros trarão para o Brasil. "Se eles vierem apenas para capitalizar em cima de seguros-saúde, que na maioria das vezes não atende as necessidades mais graves e urgentes dos associados, não interessa ao País", afirmou o deputado. Para o deputado, as multinacionais de saúde poderão fazer aqui o que fizeram no Chile, que abriu as portas para o capi-



**Frejat: investimento tem que ser verificado**

tal estrangeiro e percebeu, a curto prazo, que não houve investimentos novos no setor, como construção de hospitais e entradas de novas tecnologias. "Se for assim não nos interessa".

Mais radical, o médico-deputado Agnelo Queiroz (PC do B-DF) afirmou que a intenção do Governo é a de justamente promover uma ampla retirada dos investimentos do setor público para entregá-lo à iniciativa privada. Na sua opinião, não será através da abertura a grupos internacionais que estará garantida a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. "Esses grupos querem lucro, vão se dirigir à classe média que pode pagar, mas e a população carente, como fica?", questiona, lembrando que o Brasil investe menos de 3% do PIB em saúde pública — contra 12% nos Estados Unidos — e que a tendência, com a abertura de mercado, é reduzir ainda mais a participação do Estado.

O deputado Elias Murad (PSDB/MG), também médico, já se manifestou contra a proposta do Governo. "As prestadoras de serviço no setor de saúde visam apenas o lucro

fácil e para isso nós já temos as empresas nacionais", disse. Ele diz não ter dúvida de que se não houver um controle rígido, normas severas, os grupos estrangeiros farão aqui o mesmo que as empresas privadas nacionais já fazem, que é capitalizar em cima de classe média e depois não cobrir despesas com doenças graves, como câncer, Aids e alcoolismo. "A população, a princípio, não ganharia nada com essa proposta do Governo", acredita o deputado.

Autor de um projeto de lei propondo a abertura para o capital estrangeiro no setor, o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB/RS), espera que agora o Governo possibilite de uma vez a aprovação dessa idéia. "Saúde é questão de alta tecnologia, novas formas de prevenir, tratar e curar, e investimentos estrangeiros só trariam benefícios para o setor", aposta o deputado. "Naturalmente serão submetidos às mesmas regras estabelecidas para as empresas privadas e aí não teremos problemas", afirma. O deputado acredita que a "resistência nacionalista" não terá forças para derrubar esse tipo de proposta. "O Brasil mudou muito e o Congresso está mais aberto".